CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE INFANTICIDAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS- GO, EM 1998 E 2000

Gerusa de Almeida Ribeiro Oliveira¹²¹ – gerusa-almeida@hotmail.com
Veralúcia Pinheiro¹²² – pinheirovp@yahoo.com.br

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo desmistificar a naturalização da violência, que está por trás da tese de que o infanticídio é consequência simplesmente de uma alteração do organismo da mulher, após o parto. Pois, do ponto de vista legal ocorre infanticídio quando a mãe logo após o parto mata o bebê. É tido como um caso especial de homicídio, com condenações mais brandas. Admite-se que a mãe estava em um período de perturbação, o chamado “estado puerperal”, que segundo a ciência médica é ocasionado pelas alterações fisiológicas decorrentes do parto.

Revisão Bibliográfica

Há no Brasil uma forte cultura que estabelece que os papéis femininos sejam naturalmente aqueles confinados ao reduto privado. Para inculcar tais ideias, essa sociedade patriarcalista se vale de diversos artifícios, os quais enfatizam que a condição de mãe é a que deve ser prioritária na vida das mulheres. Daí as expressões que comumente associam à mulher-mãe a simbologia de santidade, de pureza e de ternura, e às outras o estigma de libertinagem ou patologia. Badinter (1985), entretanto, afirma que o amor materno é fruto da cultura social e do convívio entre mãe e filho. Del Priore (1985) explica que essa cultura, no Brasil, é fruto da intenção da metrópole portuguesa de povoar a colônia, e que para isso precisaria de muitos habitantes. A metrópole contou, então, com o auxílio da Igreja e da medicina da época, que associavam a maternidade a uma determinação divina ou a uma necessidade do corpo feminino. No Brasil, a legislação (Brasil, 1988) é ainda influenciada pela ideia de naturalização da mulher, pois considera o crime de infanticídio como consequência da perturbação fisiológica do pós-parto, desconsiderando a mulher como ser social, que da mesma forma que o gênero masculino reproduz a violência socialmente construída. Arendt (1985) afirma que quando a mulher se faz violenta, não é estritamente por causa de sua natureza, mas deve ser relevante o contexto social em que ela se insere: a ausência total de diálogo e o confinamento ao espaço privado. Entre os chamados crimes femininos, que depõem contra a ideologia da santa-mãezinha, está o infanticídio. Desse modo, buscamos nesse trabalho analisar outros aspectos que podem estar associados ao infanticídio, como as condições socioeconômicas das mulheres acusadas do crime de infanticídio.

Material e Métodos

¹²¹ Bolsista do CNPQ, graduanda em História, UEG/UnUCSEH-Anápolis(GO)

¹²² Orientadora, docente do curso de História, UEG/UnUCSEH-Anápolis(GO)

Foram analisados dois Acórdãos de Apelação Criminal impetrados junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na comarca de Anápolis, nos anos de 1998 (L.A.V.) e 2000 (I.M.S.). Neles se buscou analisar as condições socioeconômicas das ré e a atuação dos operadores de direito.

Conclusões

Da análise dos casos se conclui que as ré se encontravam em condições socioeconômicas debilitadas. Os dois processos relatam que as mulheres tiveram seus partos sozinhas. No caso de I.M.S., todos os parentes alegaram ignorar a gravidez da ré. No caso de L.A.V., o padrasto afirma que tomara conhecimento da gravidez da enteada no final da gestação. Inferimos que a invisibilidade das mulheres pode tornar o infanticídio mais viável. Não havendo a expectativa de chegada de um bebê, a sua morte poderia passar despercebida. O juiz se mostrou conhecedor das implicações das condições socioeconômicas nesse tipo de crime: “sabe-se que o infanticídio é, antes de tudo, um delito social e, pelo que se vê estampado nos repertórios autorizados de jurisprudência, praticado na grande maioria por mães solteiras e mulheres abandonadas pelos maridos e pelos amásios.” Já no caso de I.M.S., o relatório jurídico é fortemente influenciado por caracteres técnicos. O juiz não cogita da relevância dos aspectos socioeconômicos na prática do crime. Dessa forma, inferimos que as condições socioeconômicas contribuem para a prática do infanticídio, mas nem sempre são levadas em conta, no julgamento dos operadores de direito.

Referência Bibliográfica

- ARENDRT, Hannah. Da violência. Brasília, Unb, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- DEL PRIORE, Mary. AO SUL DO CORPO: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ed. Olympio, RJ, 1993.